

COMUNICADO

Balanco Patrimonial - Hospital Regional do Vale do Paraíba - Sociedade Beneficente São Camilo

Sociedade Beneficente São Camilo
(Hospital Regional do Vale do Paraíba)
CNPJ/MF 60.975.737/0072-45

Relatório da Diretoria

Senhores, atendendo às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., as Demonstrações financeiras referentes aos exercícios findos em 2021 e 2020.

Taubaté, 11 de abril de 2022

A Diretoria

Balanco Patrimonial (em R\$1,00)				Demonstrativo de Mutações em Patrimônio Social (em R\$ 1,00)	
		31/12/2021 (R\$)	31/12/2020 (R\$)		
Circulante (Ativo)				Patrimônio Social	
Caixa e equivalentes de caixa	2.2 (a) / 3	10.504.594,07	8.985.981,81	Superávit (Déficit) do Exercício	
Contas a Receber - Conv. e SUS	2.2 (c) / 4	27.531.428,46	14.305.122,50	Saldo em 31/12/2019	
Direitos a Faturar (CPC47)	2.2 (c) / 4	7.174.064,32	4.345.910,32	Saldo em 31/12/2020	
Outros Créditos	2.2 (c) / 5	498.306,49	553.265,00	Superávit Exercício	
Estoque	2.2 (c) / 6	5.298.508,60	4.771.184,17	Saldo em 31/12/2021	
Despesas Antecipadas	2.2 (c) / 6	6.539,82	6.599,13	Superávit do Exercício	
Total do Ativo Circulante		51.012.541,67	32.968.062,93	Saldo em 31/12/2021	
Ativo Não Circulante				Superávit do Exercício	
Contas a Receber	2.2 (a) / 4	261.331,61	-	Saldo em 31/12/2021	
Depósitos Judiciais	2.2 (a) / 4	1.431.410,84	1.525.652,61	Superávit do Exercício	
Imobilizado - Intangível				Saldo em 31/12/2021	
Imobilizado - Gestão Pública	2.2 (a) / 7	65.123.552,18	65.336.197,60	Superávit do Exercício	
(-) Depreciação Acumulada	2.2 (a) / 7	(44.598.553,55)	(41.990.579,39)	Saldo em 31/12/2021	
Intangível - Gestão Pública	2.2 (a) / 7	1.248.837,70	1.177.021,78	Superávit do Exercício	
(-) Amortização Acumulada	2.2 (a) / 7	(1.019.842,01)	(889.638,42)	Saldo em 31/12/2021	
Total do Ativo Não Circulante		22.446.736,77	25.158.654,08	Superávit do Exercício	
Total do Ativo		73.459.278,44	58.126.717,01	Superávit do Exercício	
Circulante (Passivo)				Superávit do Exercício	
Fornecedores	2.2 (c) / 8	10.265.652,04	8.466.978,08	Superávit do Exercício	
Obrigações trabalhistas	2.2 (c) / 9	10.060.731,47	9.899.640,02	Superávit do Exercício	
Obrigações sociais	2.2 (c) / 10	898.457,86	891.846,90	Superávit do Exercício	
Obrigações fiscais	2.2 (c) / 11	1.005.156,91	868.016,44	Superávit do Exercício	
Outras obrigações	2.2 (c) / 12	8.714.115,39	7.581.533,50	Superávit do Exercício	
Total do Passivo Circulante		30.970.113,67	27.708.014,94	Superávit do Exercício	
Passivo Não Circulante				Superávit do Exercício	
Contas a pagar		15.497,40	-	Superávit do Exercício	
Provisões para demandas judiciais	13	8.833.190,12	5.764.061,66	Superávit do Exercício	
Total do Passivo		8.846.687,52	5.764.061,66	Superávit do Exercício	
Patrimônio Líquido				Superávit do Exercício	
Patrimônio Social	2.2 (a)	24.654.640,41	19.674.984,39	Superávit do Exercício	
Resultado do Exercício	2.2 (f)	8.985.836,84	4.979.656,02	Superávit do Exercício	
Total do Patrimônio Líquido		33.640.477,25	24.654.640,41	Superávit do Exercício	
Total do Passivo + Patrimônio Líquido		73.459.278,44	58.126.717,01	Superávit do Exercício	

As taxas de depreciação em uso estão apropriadas, em relação aos níveis de utilização dos ativos. Ressalte-se que todos os bens móveis adquiridos ou através de doações com verbos de investimentos e verbos de recursos próprios, pertencem ao poder público "Governo do Estado de São Paulo". a) **Avaliação de resultados** Os resultados das receitas, custos e despesas são apropriados de acordo com o regime de competência. b) **Patrimônio Líquido** O Grupo Patrimônio Líquido é representado pelo Patrimônio Social acrescido pelos superávits e ou diminuído pelos déficits apurados e incorporados anualmente, após deliberação em Assembleia Geral Ordinária. c) **Imposto de Renda e Contribuição Social** O imposto de Renda e a Contribuição Social são devidos em decorrência da imunidade tributária, por tratar-se de Entidade sem fins lucrativos, amparada nos artigos 160, inciso VI, letra "C" e 195, parágrafo 7º, ambos da Constituição Federal de 1988.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2021 (R\$)	31/12/2020 (R\$)
Caixa geral - Rec. Próprio - Sem restrição	2.000,00	2.001,80
Contas correntes - Recurso Próprio - Sem restrição	4.894,41	7.504,70
Aplicações financeiras - Rec. Público - Com restrição	8.330.942,86	2.974.931,00
Aplicações financeiras - Rec. Próprio - Sem restrição	2.166.756,80	6.001.544,31
Total	10.504.594,07	8.985.981,81

Os recursos de aplicações financeiras são rentabilizados pelo Fundo de Investimento de Renda Fixa Curto Prazo Automático do Banco do Brasil, que apresenta carteira composta, isolada ou cumulativamente, por títulos públicos federais prefixados ou pós fixados, desde que indexados e/ou sintetizados para CDI/SELIC, ou por operações comprometidas lastreadas em títulos públicos federais. Os títulos componentes da carteira deverão ter prazo máximo a decorrer de 375 (trezentos e setenta e cinco) dias e o prazo médio da carteira deverá ser inferior a 60 (sessenta) dias.

4. CRÉDITOS COM PACIENTES E CONVÊNIOS

	31/12/2021 (R\$)	31/12/2020 (R\$)
Ativo Circulante		
Créditos com Pacientes Particulares	880.994,87	2.095.809,44
Créditos com Pacientes Convênios	21.655.846,15	10.392.259,17
Créditos de Pacientes do SUS	5.786.407,44	5.411.527,23
-) Perdas Estimadas em Créditos	(791.820,00)	(3.594.473,34)
Total	27.531.428,46	14.305.122,50
Direitos a Faturar (CPC 47)*	7.174.064,32	4.345.910,32
Total	34.705.492,78	18.651.032,82
Ativo Não Circulante		
Créditos com Pacientes - Longo Prazo	2.363.578,42	-
(-) Perdas Estimadas de Créditos	(2.102.246,81)	-
Subtotal	261.331,61	-
Depósitos Judiciais	1.431.410,84	1.525.652,61
Total	1.692.742,45	1.525.652,61

As Perdas Estimadas de Créditos foram avaliadas por vencimento e consideradas suficientes pela administração. Os Direitos a Faturar (CPC 47) se referem à produção em 2021 cujas contas de pacientes sofreram o efetivo faturamento na próxima competência.

Em 2021, foram reclassificados valores a receber a longo prazo para as contas de Créditos com Pacientes - Longo Prazo, sendo que o valor líquido após deduzidas as Perdas Estimadas de Créditos resulta em R\$261.331,61.

5. OUTROS CRÉDITOS

	31/12/2021 (R\$)	31/12/2020 (R\$)
Outros Créditos - Circulante		
Créditos de Funcionários	458.306,49	508.803,88
Empréstimos de Mat/Medic.	-	1.365,28
Outros Créditos	40.000,00	43.095,84
Total	498.306,49	553.265,00

6. ESTOQUES

	31/12/2021 (R\$)	31/12/2020 (R\$)
Estoque - Circulante		
Drogas e Medicamentos	2.150.610,54	1.793.322,06
Materiais de uso paciente	2.038.638,76	1.333.302,90
Gêneros Alimentícios	31.177,50	30.996,42
Produtos de Limpeza	65.125,26	42.516,94
Impressos Mat. de Expediente	22.996,01	23.975,86
Materiais de Laboratório	136.371,83	82.615,40
Materiais Especiais	224.914,11	217.851,65
Outros Materiais	620.665,59	1.246.602,94
Total	5.298.508,60	4.771.184,17

7. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL - GESTÃO PÚBLICA

	31/12/2021 (R\$)	31/12/2020 (R\$)	Taxa de Deprec.
Imobilizado			
Imobilizado Público			
Benf. Imóveis de 3ºs.	29.682.099,89	29.682.099,89	4%
Móveis e Máquinas	12.161.627,89	14.570.488,82	10%
Equip./Instalim.			
Medicina/Cirurgia	18.331.645,22	16.316.842,45	20%
Equip. Proc. Dados	2.165.464,23	2.071.541,22	20%
Equip. de laboratório	179.666,80	146.679,65	20%
Instalações	1.255.486,14	1.241.551,14	10%
Biblioteca	27.609,38	27.609,38	10%
Móv. Maq., Equip. TA, 02/2020	537.685,37	537.685,37	10%
Outros Imobilizados	701.367,26	660.799,68	10%
Veículos	80.900,00	80.900,00	20%
Total	65.123.552,18	65.336.197,60	
(-) Depreciação acumulada	(44.598.553,55)	(41.990.579,39)	
(=) Imobilizado líquido	20.524.998,63	23.345.618,21	
Intangível - Gestão Pública			
Software	1.248.837,70	1.177.021,78	
(-) Amortização acumulada	(1.019.842,01)	(889.638,42)	20%
(=) Intangível - líquido	228.995,69	287.383,36	

8. FORNECEDORES

	31/12/2021 (R\$)	31/12/2020 (R\$)
Fornec. de Mat. e Medicamentos	3.075.683,11	3.053.984,51
Fornec. de Serviços Médicos	131.277,42	266.648,11
Fornec. de Serviços Diversos	430.714,41	241.863,13
Fornec. de Imobilizado	70.960,89	127.769,33
Fornec. de Mat. Especiais	4.758.448,03	3.572.226,68
Fornec. de Mat. Diversos	1.798.568,18	1.204.486,32
Total Fornecedores	10.265.652,04	8.466.978,08

9. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

	31/12/2021 (R\$)	31/12/2020 (R\$)
Obrigações		
Ordenados a Pagar	3.827.058,90	3.232.021,09
Provisão de Férias e Encargos	6.459.672,57	6.667.618,93
Obrigações Trabalhistas	10.086.731,47	9.899.640,02

10. OBRIGAÇÕES SOCIAIS

	31/12/2021 (R\$)	31/12/2020 (R\$)
Obrigações		
FGTS a Recolher	567.779,62	506.258,72
INSS a Recolher	311.845,43	366.693,98
INSS a Recolher de Terceiros	18.338,11	18.433,40
Outras Obrigações Sociais	494,70	460,80
Obrigações Sociais	898.457,86	891.846,90

11. RECEITAS - SAÚDE

	31/12/2021 (R\$)	31/12/2020 (R\$)
Receitas Operacionais		
Receitas - Convênios/Particulares	17	90.665.069,33
(-) Glosas - Convênios/Particulares	17	(296.603,31)
Receitas Diretas a Faturar (CPC47)	17	2.828.154,00
Receitas - SUS	14	70.314.938,24
(-) Glosas - SUS	14	(8.399.765,39)
Receitas - Conv. - Sec. Saúde	14	64.740.985,00
Total		57.647.955,66
Receitas Operacionais		57.647.955,66
Receitas - Convênios/Particulares		212.008,68
Receitas Diretas a Faturar (CPC47)		4.405.910,32
Receitas - SUS		64.334.708,49
(-) Glosas - SUS		(5.015.942,98)
Receitas - Conv. - Sec. Saúde		69.657.748,00
Receitas Operacionais		57.647.955,66
Receitas - Convênios/Particulares		212.008,68
Receitas Diretas a Faturar (CPC47)		4.405.910,32
Receitas		

12. RECEITAS - SAÚDE

	31/12/2021 (R\$)	31/12/2020 (R\$)
Receitas Operacionais		
Receitas - Convênios/Particulares	17	90.665.069,33
(-) Glosas - Convênios/Particulares	17	(296.603,31)
Receitas Diretas a Faturar (CPC47)	17	2.828.154,00
Receitas - SUS	14	70.314.938,24
(-) Glosas - SUS	14	(8.399.765,39)
Receitas - Conv. - Sec. Saúde	14	64.740.985,00
Total		57.647.955,66
Receitas Operacionais		57.647.955,66
Receitas - Convênios/Particulares		212.008,68
Receitas Diretas a Faturar (CPC47)		4.405.910,32
Receitas - SUS		64.334.708,49
(-) Glosas - SUS		(5.015.942,98)
Receitas - Conv. - Sec. Saúde		69.657.748,00
Receitas Operacionais		57.647.955,66
Receitas - Convênios/Particulares		212.008,68
Receitas Diretas a Faturar (CPC47)		4.405.910,32
Receitas		

13. RECEITAS - SAÚDE

	31/12/2021 (R\$)	31/12/2020 (R\$)
Receitas Operacionais		
Receitas - Convênios/Particulares	17	90.665.069,33
(-) Glosas - Convênios/Particulares	17	(296.603,31)
Receitas Diretas a Faturar (CPC47)	17	2.828.154,00
Receitas - SUS	14	70.314.938,24
(-) Glosas - SUS	14	(8.399.765,39)
Receitas - Conv. - Sec. Saúde	14	64.740.985,00
Total		57.647.955,66
Receitas Operacionais		57.647.955,66
Receitas - Convênios/Particulares		212.008,68
Receitas Diretas a Faturar (CPC47)		4.405.910,32
Receitas - SUS		64.334.708,49
(-) Glosas - SUS		(5.015.942,98)
Receitas - Conv. - Sec. Saúde		69.657.748,00
Receitas Operacionais		57.647.955,66
Receitas - Convênios/Particulares		212.008,68
Receitas Diretas a Faturar (CPC47)		4.405.910,32
Receitas		

14. RECEITAS - SAÚDE

	31/12/2021 (R\$)	31/12/2020 (R\$)
Receitas Operacionais		
Receitas - Convênios/Particulares	17	90.665.069,33
(-) Glosas - Convênios/Particulares	17	(296.603,31)
Receitas Diretas a Faturar (CPC47)	17	2.828.154,00
Receitas - SUS	14	70.314.938,24
(-) Glosas - SUS	14	(8.399.765,39)
Receitas - Conv. - Sec. Saúde	14	64.740.985,00
Total		57.647.955,66
Receitas Operacionais		57.647.955,66
Receitas - Convênios/Particulares		212.008,68
Receitas Diretas a Faturar (CPC47)		4.405.910,32
Receitas - SUS		64.334.708,49
(-) Glosas - SUS		(5.015.942,98)
Receitas - Conv. - Sec. Saúde		69.657.748,00
Receitas Operacionais		57.647.955,66
Receitas - Convênios/Particulares		212.008,68
Receitas Diretas a Faturar (CPC47)		4.405.910,32
Receitas		

15. RECEITAS - SAÚDE

	31/12/2021 (R\$)	31/12/2020 (R\$)
Receitas Operacionais		
Receitas - Convênios/Particulares	17	90.665.069,33
(-) Glosas - Convênios/Particulares	17	(296.603,31)
Receitas Diretas a Faturar (CPC47)	17	2.828.154,00
Receitas - SUS	14	70.314.938,24
(-) Glosas - SUS	14	(8.399.765,39)
Receitas - Conv. - Sec. Saúde	14	64.740.985,00
Total		57.647.955,66
Receitas Operacionais		57.647.955,66
Receitas - Convênios/Particulares		212.008,68
Receitas Diretas a Faturar (CPC47)		4.405.910,32
Receitas - SUS	</	

Sociedade Beneficente São Camilo (Hospital Regional do Vale do Paraíba)

CNPJ/MF 60.975.737/0072-45

Relatório da Diretoria

11. OBRIGAÇÕES FISCAIS

Obrigações	31/12/2021	31/12/2020
R\$	R\$	R\$
IRRF a Recolher	664.348,95	547.164,73
IRRF a Recolher da Terceiros	60.087,21	56.644,26
ISS/COFINS/CSLL a Recolher	193.752,92	187.835,55
PIS na Fonte a Recolher	86.967,83	76.371,90
Obrigações Fiscais	1.005.156,91	868.016,44

12. OUTRAS OBRIGAÇÕES

Obrigações	31/12/2021	31/12/2020
R\$	R\$	R\$
Honorários Médicos a Pagar	6.205.912,83	5.629.291,52
Contas a Pagar	1.895.236,31	1.530.922,48
Empréstimos a Repassar	46.271,61	74.779,07
Outras Obrigações	566.694,64	346.540,43
Outras Obrigações Circulante	8.714.115,39	7.581.533,50

13. PROVISÃO PARA DEMANDAS JUDICIAIS

A administração do Hospital efetua uma avaliação permanente dos riscos envolvidos nos processos contenciosos que possam surgir no decorrer de suas atividades. Essa avaliação é efetuada com base nas informações disponíveis e nos fatores de riscos presentes em cada processo, com base na opinião dos seus assessores jurídicos. A avaliação e classificação entre perda provável, possível e remota, efetuada a partir desse trabalho, determinam os casos passíveis de constituição de provisão de acordo com os critérios determinados pela administração, incluindo bases históricas. Para fins de divulgação, os riscos de perda provável e possível correspondem a:

Parecer Jurídico - Processos Judiciais	R\$	Situação
Risco de Perda	8.833.190,12	Registrado
Risco Possível	9.514.554,74	Divulgação

14. ATENDIMENTO À LEGISLAÇÃO DAS ENTIDADES DE FINS FILANTRÓPICOS

O Hospital mantém controles que demonstram no exercício de 2021 o cumprimento do percentual de 75,54% de atendimento à pacientes do SUS, medido por paciente-dia, cumprindo o determinado pela Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, regulamentada pelo Decreto nº 7.300, de 14 de setembro de 2010 e Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, que dispõe sobre as condições que vinculam a concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social – CEBAS e Portaria nº 834, de 26 de abril de 2016, que dispõe sobre o processo de Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social na área da Saúde (CEBAS-SAÚDE).

MÊS	AIH-SUS E GRATUITOS	CIH	TOTAL	%SUS
Janeiro	4.077	1.200	5.277	77,24%
Fevereiro	4.426	1.722	6.148	71,99%
Março	6.633	1.540	8.173	75,05%
Abril	4.521	1.475	5.996	75,40%
Maio	4.740	1.628	6.368	74,43%
Junho	4.592	1.366	5.958	77,07%
Julho	4.631	1.293	5.924	78,17%
Agosto	4.556	1.576	6.132	74,30%
Setembro	4.507	1.281	5.788	77,87%
Outubro	5.040	2.175	7.215	69,85%
Novembro	5.007	1.141	6.148	81,44%
Dezembro	4.734	1.565	6.299	75,15%
Total	55.459	17.962	73.421	75,54%

Em atendimento às normas específicas que regem as entidades assistenciais de saúde, a demonstração de resultados reflete também os seguintes dados:

17. RECEITAS OPERACIONAIS 2021 (RECEITAS ALHEIAS)

ANO 2021	17 RECEITAS OPERACIONAIS 2021 (Receitas Alíneas)												TOTAL
	1º Trimestre			2º Trimestre			3º Trimestre			4º Trimestre			
MESES	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	
DEMAIS RECEITAS	5.666.833,94	8.451.761,95	5.580.905,31	7.298.629,54	7.733.989,37	9.419.203,93	7.559.711,23	7.350.623,72	8.147.069,29	8.551.190,52	10.848.498,35	9.903.941,89	96.512.358,95
Particulares	119.234,20	273.051,79	94.391,58	84.761,10	114.357,15	222.703,18	196.988,77	162.887,08	109.590,13	102.918,89	148.586,30	264.442,96	1.894.013,13
Convênios Privados (-) Glosas	5.285.539,76	7.964.285,93	5.422.469,70	7.199.688,27	8.820.845,20	8.750.531,16	6.985.551,09	7.151.103,69	8.014.426,97	7.710.583,36	10.589.059,91	9.635.522,85	91.302.606,89
Doações Mat. Med. Imob.	262.059,98	214.424,23	64.044,03	14.180,17	798.787,02	436.969,59	377.171,37	36.392,95	236.052,10	737.688,27	133.753,14	3.976,08	3.315.738,93
RECEITAS DIVERSAS	48.877,01	40.071,49	62.996,62	56.934,19	59.644,45	39.205,07	84.157,08	46.740,71	32.474,64	64.950,41	112.045,56	116.463,67	762.561,81
Ganhos de Capital	-	-	-	-	-	-	11.973,68	-	-	4.448,42	50.298,77	17.529,32	84.250,19
Recuperações Diversas	17.028,39	20.229,48	40.700,90	19.254,84	19.329,98	19.505,33	14.475,16	23.687,17	7.973,01	18.005,74	32.129,42	65.946,84	298.266,26
Outras Receitas Diversas	6.225,50	4.425,33	7.135,66	11.078,79	25.247,63	4.699,74	36.987,24	8.045,71	9.072,95	27.304,49	14.598,85	17.987,51	175.519,40
Glosas Recuperadas	10.623,12	416,59	160,06	11.600,56	66,84	-	11,00	7,83	428,68	191,76	1.019,52	-	24.525,96
Convênio com UNIAU	16.000,00	16.000,00	16.000,00	16.000,00	16.000,00	16.000,00	16.000,00	16.000,00	16.000,00	16.000,00	16.000,00	16.000,00	180.000,00
RECEITAS FINANCEIRAS	5.326,85	8.371,28	19.509,45	22.349,76	20.476,30	25.452,96	30.834,63	45.552,48	37.208,85	40.397,96	58.253,12	76.023,71	389.757,35
Rendimentos de Aplicações	3.724,22	5.705,08	6.647,70	18.749,24	18.259,37	22.060,40	30.379,08	41.352,98	36.884,20	36.570,00	56.088,77	72.344,15	348.765,19
Juros e Correções Mon.	-	876,42	2.231,66	2.630,32	931,43	797,17	418,73	331,59	301,62	2.118,04	811,74	2.130,72	13.579,44
Descontos Obtidos	1.602,63	1.789,78	10.630,09	970,20	1.285,50	2.595,39	36,82	3.867,91	23,03	1.709,92	1.352,61	1.548,84	27.412,72
TOTAL POR MÊS	5.721.037,80	6.500.204,63	5.663.411,38	7.377.913,49	7.814.110,12	9.483.861,96	7.671.702,94	7.442.916,91	8.216.752,69	8.656.538,89	11.019.796,03	10.096.429,27	97.664.678,11
TOTAL POR TRIMESTRE	19.884.653,81	24.675.885,57	23.331.372,54	24.675.885,57	23.331.372,54	23.331.372,54	23.331.372,54	23.331.372,54	23.331.372,54	23.331.372,54	23.331.372,54	23.331.372,54	23.331.372,54

Márcio do Espírito Santo - Diretor Administrativo -

Nilton Cesar dos Santos - Diretor Financeiro -

Irene Rodrigues Damasceno de Oliveira - CRC CT ISP

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

As Administradoras da SOCIEDADE BENEFICENTE SÃO CAMILO mantenedoras do HOSPITAL REGIONAL DO VALE PARAIBA Taubaté - SP **OPINIÃO** Examinamos as demonstrações financeiras da SOCIEDADE BENEFICENTE SÃO CAMILO referente ao convênio para gestão do HOSPITAL REGIONAL DO VALE PARAIBA, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e do fluxo de caixa correspondentes ao exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da SOCIEDADE BENEFICENTE SÃO CAMILO referente ao convênio para gestão do HOSPITAL REGIONAL DO VALE PARAIBA em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas (NBCCT/1000), e a entidades sem fins lucrativos (ITG 2002). **BASE PARA OPINIÃO** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **ÊNFASE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS** Conforme mencionado na nota explicativa nº 15, a SOCIEDADE BENEFICENTE SÃO CAMILO possui o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na Área da Saúde – CEBAS, mas o processo de renovação do CEBAS está em curso no Ministério da Saúde, com nº 25000.178642/2015-39 e nº 25000.023037/2020-99. As demonstrações financeiras não refletem nenhum ajuste exigido caso não seja renovado referido certificado. Nossa opinião não contém ressalva em decorrência desse assunto. **OUTROS ASSUNTOS** Leitura das demonstrações financeiras Conforme mencionado na nota explicativa nº 1, o HOSPITAL REGIONAL DO VALE

PARAIBA não possui personalidade jurídica própria, visto que a SOCIEDADE BENEFICENTE SÃO CAMILO é a responsável pela operacionalização, administração e execução das atividades e dos serviços de saúde da entidade. Estas demonstrações financeiras devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras da Sociedade Beneficente São Camilo. **RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS** A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade e do contrato de gestão contábil de fornecer informações quando aplicável, e assim, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessas bases contábeis na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **RESPONSABILIDADE DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de erros ou fraude e não são consideradas distorções relevantes, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras,

Pediátrico, para atendimento exclusivo dos pacientes COVID-19, nos termos da Portaria GM/MS nº 947/2021 de 11/05/2021 (custeio de 20 Leitos). Recurso recebido em 10/08/2021. **Termo Aditivo nº 04/2021** no valor de R\$ 192.000,00 visando a transferência de recurso financeiro para custeio de leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI Tipo II Adulto e Pediátrico, para atendimento exclusivo dos pacientes COVID-19, nos termos da Portaria GM/MS nº 1.059/2021 de 24/05/21 (custeio de 04 Leitos). Recurso recebido em 10/08/2021. O recurso financeiro para custeio de leitos foi integralmente aplicado na atenção à saúde para o controle da pandemia da COVID-19, com destinação para a aquisição de materiais e medicamentos e, ainda, com a contratação e o pagamento dos profissionais de saúde necessários para atender à demanda adicional. O repasse recebido acrescido aos rendimentos sobre aplicações financeiras (R\$29.235,94) totalizou R\$3.101.235,84, sendo que a aplicação dos recursos foi integral, conforme quadro a seguir:

(=) Repasse TA A.02. 03 e 04/2021	R\$ 3.072.000,00
(+) Rendimentos s/Aplicações Financeiras	R\$ 29.235,84
(=) Total	R\$ 3.101.235,84
(-) Aplicação dos Recursos em 2021	R\$ 3.101.235,84
(=) Saldo a utilizar no exercício seguinte	R\$ 0,00

16.2 - Subvenções - Portarias Federais em 2021 Em 2021 a Entidade recebeu verbas conforme as seguintes portarias: **Portaria GM/MS nº 3.445/2016 de 16/12/2016** (custeio de 10 Leitos) no valor de R\$480.000,00 por três meses, totalizando R\$1.440.000,00. Esta portaria habilita leitos de Unidades de terapia intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado a Estados e Municípios. Recurso recebido em 17/01/2021. **Portaria GM/MS nº 1.453/2021 de 29/06/2021** (custeio de 24 Leitos) no valor de R\$1.152.000,00 visando a transferência de recurso financeiro para custeio de leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI Tipo II Adulto e Pediátrico, para atendimento exclusivo dos pacientes COVID-19. Recurso recebido em 17/08/2021. **Portaria GM/MS nº 1.965/2021 de 13/08/2021** (custeio de 24 Leitos) no valor de R\$1.152.000,00 visando a transferência de recurso financeiro para custeio de leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI Tipo II Adulto e Pediátrico, para atendimento exclusivo dos pacientes COVID-19. Recurso recebido em 04/10/2021. O recurso financeiro para custeio de leitos foi integralmente aplicado na atenção à saúde para o controle da pandemia da COVID-19, com destinação para a aquisição de materiais e medicamentos e, ainda, com a contratação e o pagamento dos profissionais de saúde necessários para atender à demanda adicional. O repasse recebido acrescido aos rendimentos sobre aplicações financeiras (R\$3.815,04) totalizou R\$3.775.815,04, sendo que a aplicação dos recursos foi de R\$2.706.500,27, restando R\$1.069.314,77 em conta bancária de investimentos a ser utilizado no exercício seguinte, conforme quadro abaixo:

(=) Repasse conforme Portarias Covid 19	R\$ 3.744.000,00
(+) Rendimentos s/Aplicações Financeiras	R\$ 31.815,04
(=) Total	R\$ 3.775.815,04
(-) Aplicação dos Recursos em 2021	R\$ 2.706.500,27
(=) Saldo a utilizar no exercício seguinte	R\$ 1.069.314,77

17. RECEITAS OPERACIONAIS

O Hospital Regional do Vale do Paraíba demonstra e apresenta para a Secretaria de Estado da Saúde o Relatório trimestral sobre a posição contábil das receitas procedentes de serviços alheios ao presente instrumento.

18. APLICAÇÕES DE RECURSOS

Os recursos da Entidade foram aplicados em suas finalidades institucionais de conformidade com o seu Estatuto Social, demonstrados pelas suas despesas e investimentos patrimoniais.

19. COBERTURA DOS SEGUROS (NÃO AUDITADO)

Para atender medidas preventivas a entidade efetua contratação de seguro em valor considerado suficiente para cobertura de eventuais sinistros. As premissas de riscos adotadas, dadas sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras. Consequentemente, não foram examinadas por nossos auditores independentes.

20. COMPROMISSOS

No encerramento do período de 2020 a Entidade não possui outros contratos ou compromissos futuros que requeiram divulgação nas demonstrações financeiras.